Geovani Németh-Torres

Prof. José Luiz de Mesquita e a preservação da Igreja do Rosário de Lavras

GEOVANI NÉMETH-TORRES

PROF. JOSÉ LUIZ DE MESQUITA E A PRESERVAÇÃO DA IGREJA DO ROSÁRIO DE LAVRAS

Lavras (MG)

Geovani Németh-Torres

2025

Série Lavrensiana, Volume XVI

Contato:

E-mail: historiadelavras@gmail.com.
Internet: http://historiadelavras.blogspot.com.
YouTube: www.youtube.com/@historiadelavras.

Németh-Torres, Geovani, 1986- .
Prof. José Luiz de Mesquita e a preservação da Igreja do Rosário de Lavras / Geovani Németh-Torres. – Lavras, MG: Geovani Németh-Torres, 2025.
20 p. : il.

1. História do Brasil. 2. Minas Gerais. 3. Igreja Católica Apostólica Romana. 4. Patrimônio Histórico. I. Título.

ISBN: 978-65-01-41906-0 CDD – 981.51

Capa: Retábulo-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fotografia, 31 mar. 1949 [Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]. Design: Geovani Németh-Torres.

1.ª edição

PREFÁCIO

A promulgação do decreto-lei n. 25 de 1937 foi o marco da proteção do patrimônio histórico no Brasil ao defini-lo e instituir as diretrizes gerais do tombamento. A aplicação destes princípios garantiu a preservação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Lavras – aliás, até hoje única igreja tombada em nível federal no Sul de Minas –, embora não sem uma grande disputa envolvendo cidadãos (conservadores e progressistas), Igreja Católica, poder público, capitalistas e especuladores imobiliários ao longo da década de 1940.

O principal "advogado" da igreja foi o professor José Luiz de Mesquita (1887-1967), cuja liderança comunitária conseguiu reverter a pressão dos potentados locais que queriam fazer valer seus interesses.

Este livro eletrônico versa justamente sobre esses acontecimentos. De fato, essa publicação, além de apresentá-los, é também um presente para toda a população lavrense. Ele complementa o filme documentário ""Essa chave só entregarei ao Serviço de Patrimônio Histórico" – Prof. José Luiz de Mesquita e a Preservação da Igreja do Rosário de Lavras (MG)", lançado em 8 de abril de 2025, feito em colaboração com a produtora audiovisual Giselle Tronquim Furtado Gonçalves.

O filme foi contemplado com recursos do edital LPG 02/2023 – Apoio a Produções Audiovisuais – da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, em cumprimento à Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n. 195, de 8 de julho de 2022 e pelos Decretos Federais n. 11.525 de 11 de maio de 2023 e n. 11.453 de 23 de

março de 2023, e Instrução Normativa MINC n. 6 de 23/08/2023.

O conteúdo da obra foi extraído do artigo que escrevi para a Revista do Patrimônio Cultural de Lavras[1]*, com algumas revisões.*

Que a memória e legado do professor Mesquita possam inspirar as pessoas do presente e futuro, para que Lavras não perca seus patrimônios históricos que continuamente se vêem ameaçados pelo abandono, especulação ou falta de senso cultural pelos responsáveis por sua preservação.

Geovani Németh-Torres

Professor e historiador

---

[1] Németh-Torres, G. (2020). História da preservação do patrimônio cultural de Lavras (1940-1984). *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *1*(1), 208-228.

Introdução: a sadia Conservação e a sadia Progressão

A questão do patrimônio cultural em Lavras sempre foi marcada por grandes embates e polêmicas. Sendo uma terra com forte tendência liberal e progressista desde o Século XIX, a preservação do patrimônio por vezes era tida como algo de valor secundário, quando não um estorvo ao modernismo e desenvolvimento local. Evidentemente, trata-se de um falso dilema: parte, considerando que a preservação pode também representar outras formas de adiantamento; parte porque, a longo prazo, o valor de certas conquistas tende a diminuir, enquanto o peso das destruições decorrentes pode crescer exponencialmente. Em outros modos, é tênue a linha que divide o coração do lavrense médio, entre o orgulho da receptividade à modernidade, e o lamento de ostentar o título de ser a terra do "já teve". O diálogo, o bom senso e a concórdia entre as elites econômica, política e intelectual podem realmente garantir que o município consiga progredir sem destruir, modernizar-se e também preservar sua cultura e sua essência.

A verve modernista de Lavras, um dos municípios mais antigos de Minas Gerais, fez com que se tornassem raros os documentos, objetos e construções do Século XVIII ainda existentes. De fato, a principal edificação do período, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a igreja matriz de Sant'Ana original, construída entre 1751 e 1754[2], somente perdura hoje por intermédio de ações diretas da sociedade civil e dos órgãos competentes, amparados pelo famoso decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, primeira legislação nacional a versar sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural.

[2] A igreja foi consagrada em 1754, porém sua construção foi gradual, recebendo trabalhos artísticos nos altares e no forro entre 1780 e 1805, e complementações externas por volta de 1854.

Década de 1940: a velha matriz de Sant'Ana sob a mira de Mamon

Na História da Arquitetura religiosa brasileira, verificou-se um processo muito difundido entre as décadas de 1940 e 1960, que aproximou o modernismo arquitetônico à temática religiosa, implicando na demolição de diversas igrejas coloniais, substituídas por obras deste estilo [Silveira, 2011]. Em consonância a este movimento, por volta de 1939, entendiam alguns elementos da sociedade lavrense que a Igreja do Rosário estava um tanto abandonada[3]: preferível era sua demolição e venda do terreno para servir a algum empreendimento comercial, enquanto o produto da venda e partes aproveitáveis do desmanche seriam utilizados na nova Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, a ser edificada na zona norte da cidade. Tanto o prefeito municipal quanto o pároco de Sant'Ana eram favoráveis ao negócio, tendo também apoio do bispo diocesano de Campanha, dom frei Inocêncio Engelke, OFM. (1881-1960), que, porém, só autorizaria a venda após ouvir a palavra do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Segundo consta, foi o prof. José Luiz de Mesquita (1887-1967) que, em junho de 1940, alertou o dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), diretor geral do SPHAN, sobre o processo que se encaminhava. Este, por sua vez, recomendou a sustação de qualquer providência de demolição, até que suas condições fossem examinadas.

Em 1942, o entorno da igreja começou a se modificar: em setembro foi extinta a Praça Barão de Lavras, para a construção da agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, quando a bela estação do bonde foi demolida

[3] A seguinte análise foi feita com base na documentação do IPHAN (1940-1979) referente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lavras, incluindo seu dossiê de tombamento.

[Vilela, 2007: 319]. A especulação imobiliária também se fazia sentir, na qual facilitaria a prefeitura a doação do terreno entre a aquele banco e a igreja para a construção da nova sede do Clube de Lavras. Em novembro, assim, dar-se-ia nova investida da paróquia e da municipalidade para o projeto da venda do templo colonial, sob a alegação do seu péssimo estado de conservação, o risco à segurança, e pela consideração de que não era um bem de valor artístico. Após vistoria do arquiteto do SPHAN, sr. Fernando Saturnino de Brito, novamente o dr. Melo Franco recomendou a conveniência de preservar a integridade da igreja.

Figura 1: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, dez. 1942 [SPHAN].

Entrementes, a edificação permanecia com necessidade de restauração urgente, ocorrendo até um pequeno desabamento na parede dos fundos, em 1945. Então a igreja era cuidada por voluntários da Sociedade São Vicente de Paulo, que desde sua fundação, em 1908, lá se reuniam semanalmente, entre os quais novamente destacamos a figura do prof. Mesquita, um dos fundadores.

Em 1948, o processo de tombamento estava avançado, sendo notificada a diocese deste procedimento pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN, denominação do SPHAN a partir de 1946). Em resposta, o bispo informa que as notícias que recebeu diziam que a igreja estava prestes a ruir, mantendo que melhor seria aproveitar o que fosse possível na nova igreja próxima à Estação. Na tréplica da DPHAN, o dr. Melo Franco reconhece o valor artístico da igreja e por isso mesmo se dispõe a preservá-la [Ofício n. 285/1948]:

> Tratando-se de um exemplar de arquitetura religiosa que apresenta características excepcionais tanto no que se refere à técnica de construção (adobes em quadros de pedra no frontispício) como no tocante à obra de talha dos vários retábulos e do arco-cruzeiro, e ainda ao forro pintado da capela-mor, é de todo interesse para o nosso patrimônio artístico a conservação daquela igreja matriz. (...). O tombamento virá colocá-la entre os bens merecedores de especial resguardo, o que, sem dúvida, coincide com os propósitos e desejos dessa diocese. E, uma vez consumado tal tombamento, dispõe-se esta repartição, de bom grado, a prestar o seu concurso às providências que forem tomadas para salvar da ruína o velho templo de Lavras.

Enquanto isso, muitos lavrenses de renome se expressavam nos jornais locais e da capital com palavras não só de beleza literária, mas principalmente pela elevada fibra moral que evocavam. Destes, destacamos o cônego Francisco Bueno de Sequeira (1895-1979), da Academia Mineira de Letras; o velho coronel José Resende, cujo pseudônimo “Juvenal Iradier”, há meio século abrilhantava

os periódicos locais; além de José Luiz de Mesquita – sob o pseudônimo de "Caio Aurélio" –, Sílvio do Amaral "Bi" Moreira (1912-1994) – este, um presbiteriano, inclusive – entre outros.

> "O desleixo e o pouco amor da tradição substituíram os primitivos templos por outros mais amplos e, quase sempre, mais artísticos também. (...). Derrubar essa igreja [matriz velha de Lavras] seria um crime. Digo isso porque sei que já houve menção de demoli-la. A picareta esteve no ar, pronta para cair em cima daqueles duzentos anos de tradição, em que as coisas da pátria se misturam com o cheiro do incenso. Consta mesmo que a veneranda igreja esteve para ser vendida a um turco. Seria o cúmulo do impatriotismo".
>
> [Côn. Francisco Bueno de Sequeira, *O Diário* (BH), 09.01.1944].

> "O que nos importa é dar à cidade o conforto moderno, sem lhe fazer transformações que impliquem na destruição de tradições, que são índices de civilização. O que nos importa é conservar as tradições que nos restam. Cerquemo-las com carinho. Circundemo-las até como os atestados do progresso para podermos, pelo contraste, apreciá-las melhor".
>
> [Sílvio do Amaral "Bi" Moreira, *A Gazeta*, 05.03.1944].

> "O nosso atual espírito utilitário e a nossa excessiva pusilanimidade em dizer a verdade e em protestar contra aquilo que vai ao encontro ao nosso amor, ao solo pátrio, estão permitindo as tentativas sacrílegas relativas à destruição do templo. O braço secular e administrativo veio se desinteressando da conservação da igreja, como se esta não importasse em nada com os anseios de seus jurisdicionados; e se nos afigura que o clero, vindiço que é, não está capacitado do entranhado amor que temos a essa relíquia do passado, e, assim, assiste indiferente às discussões sobre a matéria em apreço".
>
> [c.el José Rezende, pseudo. "Juvenal Iradier", *A Gazeta*, 04.07.1948].

> "Gritaremos; gritaremos muito; faremos comícios na praça pública, levaremos nossa voz ao Patrimônio Histórico, levaremos nossa voz ao virtuoso e rev.mo sr. bispo Inocêncio; levaremos nossa voz ao chefe da Nação; levaremos nossa voz a S. Eminência o cardeal d. Jaime Câmara; levaremos nossa voz a S. S. o papa Pio XII; e, finalmente, levaremos nossa voz aos céus; bradaremos

> com todas as forças dos pulmões! E, se a vontade do povo não for respeitada, teremos a nossa consciência tranqüila de não deixarmos sem protesto, o ato sacrílego e dissonante que querem cometer".
>
> [Prof. José Luiz de Mesquita, pseudo. "Caio Aurélio", *A Gazeta*, 01.08.1948].

Em julho, a DPHAN envia nova notificação à diocese de Campanha, que não se manifesta. A DPHAN enviaria uma terceira notificação, em 7 de agosto, da qual, não havendo impugnação do tombamento dentro do prazo assinado, procedeu-se a inscrição n. 316 no Livro do Tombo das Belas Artes, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lavras, a 2 de setembro de 1948, conforme assinou certo funcionário público chamado Carlos Drummond de Andrade[4].

Não obstante, a posição do poder público, ainda insistia na impossibilidade de restauração e nos benefícios da demolição. A querela ganhou contornos dramáticos quando, em 17 de janeiro de 1949, caiu um pedaço da cimalha, estragando parte do telhado, causando pânico na população. Rapidamente o prof. Mesquita escreveu uma carta ao dr. Melo Franco sobre o fato, clamando providenciais urgentíssimas por parte da DPHAN, pois "os capitalistas, bem como os padres alemães desta cidade, que querem negociá-la para substitui-la por um cinema, estão satisfeitos com isso".

De fato, no dia seguinte, a prefeitura convocou uma comissão de sete engenheiros que apresentaram laudo concluindo que a igreja corria risco de ruir a qualquer momento, não havendo possibilidade de repará-la com êxito, apenas com uma reconstrução.

Por sua vez, a DPHAN enviou o mestre de obras do Estado de Minas Gerais, sr. Luís França, para formular parecer. Este verificou que, apesar dos

[4] O ilustre poeta mineiro (1902-1987) realmente trabalhou no SPHAN entre 1945 e 1962.

estragos apresentados, ela poderia ser reparada imediatamente, notando-se que, apenas nos fundos, ela teria mais serviço. Quanto à frente, engradamento e telhado nenhum perigo apresentavam, pois seu madeiramento era sólido e resistirá ainda à voragem do tempo.

Obviamente, o parecer contrariava o laudo da comissão da prefeitura. A Câmara Municipal de Lavras, em sessão no dia 2 de fevereiro, unanimemente resolveu externar um protesto ao diretor geral da DPHAN [Ofício n. 15/1949], por ter enviado um pedreiro [*sic*] para ratificar ou não a opinião de uma comissão de engenheiros, sendo assim necessário defender a dignidade profissional de seus técnicos. Ao protesto, o diretor dr. Melo Franco respondeu em 14 de fevereiro que o mestre França era o principal mestre de obras da DPHAN, não sendo seu objetivo atentar contra a dignidade profissional dos técnicos lavrenses, tão somente fazer cumprir os dispostos legais para a preservação do patrimônio histórico. Paralelamente, o dr. Melo Franco também estava em comunicação com o prof. Mesquita, o qual lhe passou mais detalhes da tumultuada vinda do mestre França, reafirmando que interesses econômicos mesquinhos estavam influenciando as manifestações dos poderes públicos.

Pelo restante do ano de 1949, a Igreja do Rosário esteve sob auspícios da DPHAN, que implementou as reformas necessárias. Alguns aspectos dignos de nota: primeiro, não havia dotação específica separada para esta obra no orçamento do órgão para aquele ano, e por decisão unilateral do diretor geral, a antiga matriz de Lavras recebeu prioridade, sendo custeada com recursos destinados a outros serviços que, por tal motivo, deveriam ser sacrificados ou adiados; o outro ponto interessante é que a DPHAN teve de que buscar mão-de-

obra em outras praças, pois os construtores lavrenses boicotaram a reforma. Em 30 de agosto as obras estavam concluídas, ao custo de Cr$ 65.869,50[5].

Figura 2: Vista frontal da igreja do Rosário, após as reformas, 18 ago. 1949 [DPHAN].

Figura 3: Vista lateral norte da igreja do Rosário, 18 ago. 1949 [DPHAN].

[5] Dadas as diversas mudanças de moedas no Brasil ao longo do Século XX, é difícil fazer comparações em valores atuais. Sabemos, pelos dados disponíveis, que a diária de um pedreiro foi orçada em Cr$ 8, ou Cr$ 192 para 24 dias trabalhados num mês.

Ainda que o "e se?" não cabe à História, certamente uma reflexão e elogio às providências do prof. Mesquita e ao dr. Melo Franco são merecidos. Sem eles, não seria possível garantir a permanência deste patrimônio cultural até hoje, considerando que igrejas similares em outras localidades não tiveram esse mesmo destino. Graças a eles, Lavras pode orgulhar-se de ter a única igreja católica colonial, no Sul de Minas, tombada em nível nacional. É assim justíssima a homenagem a esses personagens, recordando ainda que o prof. Mesquita foi honrado com um busto ao lado da Igreja do Rosário, colocado em 1988.

Década de 1960: quem são os responsáveis pelo patrimônio, afinal?

Assim como existem batalhas pelo tombamento de bens culturais, também há embates sobre sua manutenção, sendo esta a tônica da questão do patrimônio lavrense nas décadas de 1960 e 1970, novamente, como personagem, a Igreja do Rosário.

Ainda em 1956, o edifício apresentava necessidades de novas reformas, como salientou o prof. Mesquita em entrevista a *O Estado de São Paulo*. A situação foi gradativamente se deteriorando, enquanto a igreja só era aberta ocasionalmente, em datas específicas, como a Semana Santa.

No final de 1965 chegou-se a um ponto crítico, quando grandes desabamentos ocorrem, fazendo até os técnicos da DPHAN considerarem a impossibilidade de recuperá-la. Um detalhe que chamou a atenção deles era que a igreja sofria as conseqüências de trepidações por estar em região de tráfego

intenso, inclusive da linha do bonde, os quais tinham dois cabos de sustentação fixados à fachada da construção[6].

Figuras 4 e 5: À esquerda, detalhe do telhado da ala norte e, à direita, estado do piso interno, 1966 [DPHAN].

Em 1966 a DPHAN iniciou as providências para as obras de reforma, havendo alguma demora para o começo das mesmas até se ter a garantia de orçamento para execução. O prefeito municipal chegou a enviar o Ofício n. 1313/1966 ao dr. Melo Franco pedindo que considerasse tornar sem efeito o tombamento da igreja, pelo perigo que a fachada apresentava aos pedestres e porque, "se for feito um plebiscito sobre o assunto, 80% da população, no mínimo, é favorável à demolição". O prefeito fez com que o ofício fosse encaminhado através de um padre local, para referendar suas colocações. Esta opinião não foi considerada (felizmente), empenhando-se novamente a DPHAN

[6] É dificílimo mensurarmos qual o efeito concreto da tensão destes cabos sobre as paredes da igreja, se e quanto ela contribuiu para os desabamentos. Todavia, vale registrar que, anos antes, em 1956, a nova distribuição de rede elétrica fora instalada em Lavras, e, em 1963, a cidade recebeu dois novos bondes, doados pela prefeitura de Belo Horizonte, quando da desativação das linhas da capital. Segundo uma carta do Museu Bi Moreira datada de 15 de maio de 1980, o uso dos antigos bondes de Belo Horizonte "não foi aprovado na câmara de Lavras" e os carros voltaram à capital em 1965 [Morrison, 2012; fonte esta disponível na presente publicação].

na recuperação do patrimônio histórico. Em 1967, ela destinou 17 mil cruzeiros novos; em 1968, NCr$ 3 mil; em 1969, NCr$ 5 mil; e em 1970, NCr$ 10 mil[7], embora poderia ser ampliada a NCr$ 36 mil se assim aprovasse o ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho (1920-2016), a quem chegou a apelar o pároco de Sant'Ana. Registra-se que também a Igreja e a população lavrense realizaram campanha de arrecadação de dinheiro e materiais [Oliveira, 23 jul. 1970], a qual contou com substancial adesão, segundo fontes da imprensa e da contabilidade paroquial. Tal informação, inclusive, depõe contra o postulado do prefeito, em 1966. Não obstante, alguns artigos persistiram em criticar a obra, que procedia como uma reconstrução, e não como restauração, pois usavam-se tijolos, britas, cimento e outros elementos estranhos à arquitetura colonial.

Figuras 6 e 7: À esquerda, desabamento da parede da ala sul e, à direita, situação precária da parte interior, 1967 [DPHAN].

[7] Ao se reestabelecer o Cruzeiro como padrão monetário, em maio de 1970, o salário mínimo em Lavras e maior parte do Brasil era de Cr$ 177,60.

Em 1971, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, nova denominação da DPHAN desde 1970) declarou a interrupção das obras, devido a exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG) a serem providenciadas pela firma Santos Lima Engenharia Ltda. [IPHAN, ofício n. 768/1971]. Sejam quais fossem os motivos, nenhuma outra reforma ocorreria na igreja pelo restante da década, a despeito de várias tratativas do novo pároco de Sant'Ana e do sacristão José Gonçalves de Melo.

Referências

IPHAN. (1940-1979). *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lavras*. Processo de tombamento 0368-T-48. Caixas 0169-P.0748 e 0200-P.0587.

Morrison, A. (8 abr. 2012). The Tramways of Lavras, Minas Gerais state, Brazil. In *Urban Transport in Latin America*. Disponível em: www.tramz.com/br/lv/lv.html.

Oliveira, H. (23 jun. 1970). Igreja do Rosário: Reconstrução precisa de você. *Tribuna de Lavras*, (*3*)168, 1.

Silveira, M. M. G. (2011). *Templos modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil*. Belo Horizonte (MG): Autêntica.

Vilela, M. S. (2007). *A Formação Histórica dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil*. Lavras (MG): Indi.

Prof. Geovani Németh-Torres

1. BIOGRAFIA

Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (MG). Especialista em Educação Especial para Talentosos e Bem Dotados pela Universidade Federal de Lavras (MG). Servidor público municipal, é facilitador no Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento. Além disso, é diretor de Assuntos Internacionais da Associação de Pais e Amigos para Apoio ao Talento e sócio correspondente dos institutos históricos e geográficos de São João del-Rei, da Campanha e de Ritápolis, bem como da Academia de Letras de São João del-Rei. É também autor e editor de obras historiográficas, educativas e literárias, e também de publicações periódicas relativas à História e à Educação.

2. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Livros, monografias e editorações

1.	Németh-Torres, G. (2025). *Prof. José Luiz de Mesquita e a preservação da Igreja do Rosário de Lavras*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 16.
2.	Németh-Torres, G. (2025). *Verônica e Sant'Ana Mestra: Arte sacra barroca e patrimônios culturais de Lavras*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 15.
3.	Corrêa, T. M. R., Pe., & Németh-Torres, G. (2024). *Dehonianos em Lavras: Celebrando um Século de Amor e Reparação (1924-2024)*. Lavras, MG: Paróquia de Sant'Ana de Lavras.
4.	Pedrozo, G. A. (2024). *A História e Arqueologia Indígena de Lavras e do Campo das Vertentes*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 14.
5.	Németh-Torres, G. (2024). *História das Escolas de Lavras*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 13.
6.	Németh-Torres, G. (2023). *História Geral de Lavras, Volume II*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 12.
7.	Németh-Torres, G. (2022). *Era uma vez... (Jornal do Grupo Escolar Álvaro Botelho, 1935-1938)*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 11.
8.	Delphim, A. A. M., & Mendes, V. A. B. (2021). *Pró-Memória Gammonense*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 10.
9.	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras (2021). *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *ano 2, número 2*. Lavras, MG: COMPAC. Série Lavrensiana, 9.
10.	Delphim, A. A. M. (2020). *Dicionário de Lavras de A a Z*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 8.
11.	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras (2020). *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *ano 1, número 1*. Lavras, MG: COMPAC. Série Lavrensiana, 7.

12. Németh-Torres, G. (2019). *Opera Omnia II, 2004-2009*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres.

13. Németh-Torres, G. (2018). *História Geral de Lavras, Volume I*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 6.

14. Németh-Torres, G., & Nunes, L. F. (2018). *Propostas para o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras*. Belo Horizonte, MG: UEMG. Trabalho de Conclusão de Curso de Formação de Conselheiros de Cultura e Patrimônio em Minas Gerais.

15. Németh-Torres, G. (2017). *Opera Omnia I, 1986-2004*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres.

16. Németh-Torres, G. (2016). *Crônicas de um Longo Epílogo*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Opera Omnia, 2.

17. Costa, F., & Németh-Torres, G. (2015). *"Vida Escolar" de Firmino Costa (1907-1908). Organização e Notas por Geovani Németh-Torres*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 5.

18. Németh-Torres, G. (2014). *Crônicas da Silésia*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Opera Omnia, 1.

19. Németh-Torres, G. (Org). (2013). *Lavras Sport Club: Documentos Históricos do Pioneiro de Nosso Futebol (1913-1937)*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 4.

20. Németh-Torres, G. (2012). *De Parnaíba às Lavras do Funil: Subsídios para a História das Origens de Lavras, 1712-1729*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 3.

21. Németh-Torres, G. (2011). *A Atenas Mineira: Capítulos Histórico-Culturais de Lavras*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 2.

22. Németh-Torres, G. (2010). *Os 250 Anos da Paróquia de Sant'Ana: Uma História da Igreja Católica em Lavras*. Lavras, MG: Geovani Németh-Torres. Série Lavrensiana, 1.

23. Németh-Torres, G. (2009). *Relatório de Estágio*. Lavras, MG: UFLA. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Especialista em Educação Especial.

24. Németh-Torres, G. (2007). *O Plebiscito Nacional de 1993 sobre as Formas e Sistemas de Governo*. São João del-Rei, MG: UFSJ. Monografia para obtenção do título de Bacharel em História.

2.2. Artigos acadêmicos

1. Guenther, Z.C., & Németh-Torres, G. (no prelo). Inspiração e bases teóricas do CEDET – Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento. In Soares, A. M., & Costa, F. L. P. (Orgs.). *Tenho um aluno com Altas Habilidades, e agora?*. Belo Horizonte, MG: Artesã

2. Németh-Torres, G., & Pedrozo, G. A. (2023). A redescoberta da imagem de Sant'Ana Mestra da antiga igreja matriz de Lavras (MG). *Revista da Academia de Letras de São João del Rei*, *12*.

3. Németh-Torres, G. (2023). A Ponte do Funil, sobre o rio Grande: Patrimônio cultural de Lavras (MG). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*, *16*, 179-190.

4. Németh-Torres, G., & Batista, V. F. (2022). A locomotiva Baldwin 233: Patrimônio cultural de Lavras (MG). In *Reflexões sobre História* (68-79). Tiradentes, MG: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes.

5.	Casagrande, T. C., Németh-Torres, G., & Cândida, G. C. (2021). Atuação do pedagogo para além do ambiente escolar: um relato sobre o trabalho socioeducativo no CEDET de Lavras, MG. In Delou, C. M. C., & Cardoso, F. S. *Anais do V Simpósio de Altas Habilidades/Superdotação do CMPDI* (78-82).
6.	Németh-Torres, G. (2020). O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras: Natureza, competência e rol de conselheiros. *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *1*(1), 451-454.
7.	Németh-Torres, G, & Mesquita, J. F. L. (2020). Anais do III Fórum do Patrimônio Cultural de Lavras. *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *1*(1), 447-450.
8.	Németh-Torres, G, & Casagrande, T. C. (2020). Firmino Costa: um professor admirável. *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *1*(1), 407-411.
9.	Haddad, J. C., & Németh-Torres, G. (2020). Pequeno incidente com os padres alemães em 1945 e a intervenção da Congregação Mariana. *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *1*(1), 301-304.
10.	Németh-Torres, G. (2020). Ligeiro comentário sobre os museus e arquivos lavrenses. *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *1*(1), 229-237.
11.	Németh-Torres, G. (2020). História da preservação do patrimônio cultural de Lavras (1940-1984). *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *1*(1), 208-228.
12.	Morrison, A., & Németh-Torres, G. (2020). Os bondes de Lavras (homenagem a Allen Morrison). *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *1*(1), 121-143.
13.	Mesquita, J. F. L., Németh-Torres, G., & Bozetti, R. L. (2019). Igreja de Nossa Senhora do Rosário: História. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, *8*(4), 64-75.
14.	Bozetti, R. L., Mesquita, J. F. L., & Németh-Torres, G. (2019). Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lavras, Minas Gerais: uma análise crítica sobre sua história e processos de restauro. In: III Simpósio Científico ICOMOS Brasil, Belo Horizonte, MG.
15.	Guenther, Z.C., & Németh-Torres, G. (2016). In spirituality: A perspective from a traditionally Latin culture. *Gifted Education International*, *32*(3), 216-223.
16.	Németh-Torres, G. (2008). O Plebiscito Nacional de 1993 sobre as Formas e Sistemas de Governo. In Villalta, L. C., Baggio, K. G., & Furtado, J. P. *Programação e Caderno de Resumos do XVI Encontro Regional de História da ANPUH – MG*. Belo Horizonte, MG: Associação Nacional de História. Anais Eletrônicos.
17.	Németh-Torres, G. (2008). A Odisséia Monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. *Veredas da História*, *1*(1).

2.3. Editoração de periódicos

1.	(2015-2024). *Comunicação, Organização e Humanidades*, *1-7*, Lavras, MG: ASPAT.
2.	(2020-2022). *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, *1-3*, Lavras, MG: COMPAC.
3.	(2011-2021). *Informativo ASPAT-CEDET*, *2-12*, Lavras, MG: ASPAT.
4.	(2019-2020). *Acrópole* – Fase V, *51-60*, Lavras, MG: Geovani Németh-Torres.
5.	(2010-2011). *Acrópole* – Fase IV, *40-50*, Lavras, MG: UFLA-PROEC.
6.	(2008-2009). *Brava Gente Brasileira*, *1-9*, Florianópolis, SC: Associação Causa Imperial.

Para demais obras do autor, visite:

HTTP://HISTORIADELAVRAS.BLOGSPOT.COM